



Relator estabelece primeiros prazos para reforma de leis trabalhistas

Comissão de Assuntos Econômicos começa na quarta-feira série de 3 audiências e vota relatório inicial até o fim do mês, quando o texto seguirá para mais 2 colegiados

O relator da proposta de reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ricardo Ferraz, deve apresentar seu relatório ainda neste mês, depois de ouvir os contrários e os favoráveis às mudanças na legislação. A reforma altera pontos da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo, por exemplo, o fim da obrigatoriedade do imposto sindical e a prevalência da negociação coletiva sobre a norma legal.

A CAE é a primeira comissão a examinar o texto desde que ele começou a tramitar

no Senado. Aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados, a proposta passará ainda pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais.

A primeira audiência pública sobre a reforma está marcada para quarta-feira, na CAE. O líder do governo no Senado, Romero Jucá, confirmou a realização de mais duas audiências neste mês. A oposição havia pedido a realização dos debates, antes da votação do texto. Após as discussões, a reforma poderá ser votada pela comissão, segundo Jucá. **3**



Gerardo Muga/Agência Senado

Debatedores alertam que rentabilidade tem sido menor que a da poupança

Especialistas pedem melhor remuneração para o FGTS

Em audiência pública realizada pela comissão mista responsável por analisar a medida provisória que permitiu o saque do dinheiro de contas inativas do FGTS, especialistas apontaram a baixa rentabilidade recebida pelos trabalhadores, muitas vezes inferior ao rendimento da poupança

nos últimos anos, como o principal problema a ser sanado.

Eles ainda se mostraram preocupados com o equilíbrio financeiro do fundo, que vem arrecadando cada vez menos em razão da alta taxa de desemprego, diante das várias emendas visando permitir novos saques. **3**

Indicações para Zimbábue e Zâmbia vão para votação final

As indicações de Ana Maria Pinto Morales e Colbert Soares Pinto Junior para chefiar as embaixadas brasileiras no Zimbábue e na Zâmbia, respectivamente, seguem para o Plenário, após aprovação ontem pela Comissão de Relações Exteriores.

Alguns senadores, como

Lasier Martins e Flexa Ribeiro, questionaram sobre políticas adotadas para o continente africano, inclusive a validade de manter representações em alguns países. Os diplomatas defenderam a atuação brasileira, especialmente na agricultura, e os ganhos para a imagem do país. **4**



Pedro França/Agência Senado

Collor (C) preside sabatinas dos diplomatas Ana Maria Morales e Colbert Soares



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Otto Alencar (2º à esq.) coordena a solenidade com a mesa composta por parlamentares e parentes do homenageado

Senado faz homenagem póstuma a ex-senador

O ex-senador baiano Lomanto Júnior foi homenageado ontem em sessão no Plenário do Senado. Ele, que morreu em 2015,

também foi prefeito, governador, deputado estadual e deputado federal. De acordo com o senador Otto Alencar, que propôs

a sessão, Lomanto foi “um grande pacificador”. Para a senadora Lídice da Mata, seu perfil político era agregador. **2**

Aprovados tratados com Rússia, Áustria e Índia

Dois tratados com a Rússia, um na área da defesa e outro para evitar bitributação, foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores, além de acordo com a Áustria e alteração de protocolo com a Índia. **4**

Plenário votará acordo que trata de direitos da criança

A Comissão de Relações Exteriores aprovou a adesão do Brasil a uma convenção que permite que uma comissão da ONU receba denúncias de violações dos direitos das crianças. **4**



Você sabe quanto a União gasta com terceirização de mão de obra? E quais são as áreas do governo que mais demandam esse tipo de despesa?

Agora, no Painel Cidadão do Siga Brasil você pode consultar usando palavras chave e expressões simples. O resultado é rápido e direto, apresentado de forma visual, por meio de gráficos e tabelas.

Acesse www.senado.leg.br/painelcidadao

SIGA BRASIL
Cidadão

Senadores lembram perfil conciliador de Lomanto

Ex-senador, morto em 2015, foi homenageado em sessão especial no Plenário. Otto Alencar destacou perfil administrador e moderador do político baiano. Segundo Lídice da Mata, ele era agregador

EM SESSÃO ESPECIAL realizada ontem no Senado para homenagear o ex-senador e ex-governador da Bahia Lomanto Júnior pelos 49 anos de vida pública, senadores e convidados destacaram o perfil conciliador e a capacidade gerencial do político baiano, que morreu em novembro de 2015, aos 90 anos de idade.

Lomanto nasceu em 1924 em Jequié (BA). Foi prefeito de sua cidade três vezes, governador da Bahia, deputado estadual, deputado federal e senador de 1979 a 1987, primeiro pela Arena e depois pelo PFL.

À frente do governo da Bahia de 1963 a 1967, foi responsável por uma série de obras de infraestrutura, como rodovias e pontes, que ajudaram a integrar a capital ao interior e outros estados.

Autor do pedido de realização da solenidade, Otto Alencar (PSD-BA) disse que Lomanto se destacou como administrador e negociador. Para o senador, o momento de dificuldades sociais e econômicas pelas quais passa o Brasil exige moderação, traço típico da personalidade de Lomanto. Segundo Otto, o ex-governador



Otto Alencar (2º à esq.) conduz homenagem ao ex-senador Lomanto Júnior

“sempre foi dócil, mas firme em suas decisões”:

— Lomanto era um grande pacificador. Se a solução não vier de moderados como Lomanto, não virá de exaltados.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que Lomanto foi governador num período complicado do Brasil, mas soube, com seu perfil agregador, garantir avanços no estado:

— Lomanto assumiu o governo no momento do golpe militar, período que apresenta adversidades maiores do que as comuns. Era uma figura que circulava em todos os lados da política baiana e soube unir.

Estiveram presentes à sessão no Senado familiares e políticos. Um de seus cinco

filhos, o ex-deputado federal Leur Lomanto, lembrou que o ex-governador era conhecido pelo carisma e pela forma afetuosa com que tratava a todos.

— Era um político para servir, e não para ser servido.

Assim como os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, registrou que Lomanto foi relevante na política não apenas da Bahia, mas também do país. O ex-governador tinha como principal bandeira o municipalismo.

— Defendia que só teríamos um país forte se os municípios fossem fortalecidos — disse Imbassahy.

Viana apoia acordo que permitirá expansão da banda larga no Acre

Jorge Viana (PT-AC) anunciou no Plenário a concretização de um termo de cooperação entre a Fundação Telefônica, a Vivo, a Prefeitura de Rio Branco e o governo do Acre para elevar a qualidade do acesso à internet no estado. O termo deve ser firmado nos próximos dias. Segundo o senador, serão investidos R\$ 12 milhões na infraestrutura, como a rede de fibra óptica, o que ampliará o alcance dos sinais 4G e 3G a celulares do estado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lindbergh quer aprovação de projeto sobre homicídios

Lindbergh Farias (PT-RJ) comemorou a aprovação na CCJ do PLS 239/2016, que diz que todos os homicídios, inclusive os praticados por policiais, sejam investigados. Ele lembrou que o texto é fruto da CPI do Assassinato de Jovens, da qual foi relator. O senador pediu a rápida aprovação no Plenário e afirmou que a maioria dos jovens assassinados são negros e moradores das periferias e que suas mortes por policiais viram “auto de resistência”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Dário, Lei de Falências, que tem 12 anos, precisa de revisão

Dário Berger (PMDB-SC) pediu a revisão da Lei de Recuperação Judicial e Falências. Ele recordou que a aprovação da Lei 11.101/2005 foi saudada como um marco de modernização, mas, após 12 anos, se mostra incapaz de ajudar as empresas em dificuldade financeira a continuar as atividades mediante recuperação judicial. — Em vez de ajudar o empresário, a lei burocratizou e o afundou ainda mais, engessando as tentativas de reequilíbrio.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Boletim médico

A Presidência do Senado divulgou ontem boletim médico emitido às 19h50 de quarta-feira sobre o estado de saúde do presidente da Casa, Eunício Oliveira

O paciente Eunício Oliveira foi internado no último domingo, 30 de abril, no Hospital Sírio-Libanês, para avaliação clínica e exames complementares.

O paciente segue internado, em avaliação clínica.

A equipe médica que o acompanha é formada pelo prof. dr. Roberto Kalil Filho, prof. dr. Paulo Hoff, dr. David Uip, dra. Ana Hoff e dr. Eduardo Mutareli.

Dr. Luiz Francisco Cardoso e prof. e dr. Miguel Srougi
Superintendente de Pacientes Internados e diretor clínico

Kátia Abreu critica decisão do Supremo sobre recolhimento do Funrural

Kátia Abreu (PMDB-TO) criticou antontem decisão do Supremo Tribunal Federal que tornou constitucional o recolhimento, pelo empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalha-



Moreira Matiz/Agência Senado

dor Rural (Funrural). A senadora criticou a cobrança com base no resultado bruto da comercialização rural.

— Todos os países tributam pela renda líquida. Faturar não significa lucrar.

Elmano homenageia os 44 anos da Embrapa e pede mais recursos para a empresa

Elmano Férrer (PMDB-PI) discursou em homenagem aos 44 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), mas lamentou que os recursos públicos destinados à empresa estejam



Marcos Oliveira/Agência Senado

diminuindo. — Acredito que deve ser dada a máxima prioridade à pesquisa agropecuária, sobretudo valorizando a Embrapa com os recursos necessários às novas tecnologias — cobrou.

Fátima: governo faz mudança indevida na composição do Fórum Nacional de Educação

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou na quarta-feira a portaria publicada pelo governo federal que altera a composição do Fórum Nacional de Educação.



Moreira Matiz/Agência Senado

estatais e entidades alinhadas com os interesses governistas e empresariais e exclui entidades com trajetória histórica de luta em defesa da educação.

Para a senadora, a mudança amplia a presença de órgãos

— Isso é um verdadeiro absurdo — lamentou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)

Para Regina Sousa, reforma trabalhista é retrocesso secular

Regina Sousa (PT-PI) criticou a reforma trabalhista na quarta-feira, quando indagou se os defensores do projeto têm familiaridade com as adversidades dos trabalhadores.



Marcos Moraes/Agência Senado

A senadora contestou o argumento de que a reforma trabalhista gerará empregos. Em seu entendimento, as regras aumentarão a rotatividade dos empregados, mas somente o investimento produtivo vai gerar postos de trabalho.

A senadora denunciou a “cara-de-pau” dos que chamam de “modernização” uma reforma que representa um retrocesso de séculos nos direitos dos trabalhadores.

Humberto critica ação para aprovar mudança na Previdência Social

Humberto Costa (PT-PE) classificou de “negociata escandalosa” a busca de apoio do governo Temer à aprovação da proposta de reforma da Previdência, na quarta-feira, em comissão especial na Câmara.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

— Ao que se comenta, houve uma negociata escandalosa de verbas públicas, emendas parlamentares e cargos para que os deputados pudessem aprovar. Quem se negou teve aliados exonerados [de cargos do governo] e emendas bloqueadas.

O senador avaliou a reforma como injusta, “por jogar nas costas dos mais pobres o déficit histórico da Previdência”.

Lindbergh Farias apoia atuação de bancos públicos

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu na quarta-feira o fortalecimento dos bancos públicos e lamentou que o governo Temer esteja “atacando esses bancos”, argumentando que eles são alavancas decisivas para o desenvolvimento e as políticas sociais do país.

— Os bancos públicos são da sociedade. Não pertencem a um governo ilegítimo. Não visam apenas ao lucro para dividir entre seus acionistas. Fazem inúmeras parcerias com o governo para viabilizar políticas, programas sociais e econômicos — criticou o senador.

Lindbergh afirmou que o governo está transformando o Brasil em um balcão de negócios em favor do sistema financeiro e das multinacionais.

Reforma trabalhista terá três audiências neste mês

Primeiro debate sobre a proposta no Senado está marcado para quarta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, e o relatório do colegiado deve ser apresentado até o fim de maio

O PRIMEIRO RELATÓRIO da reforma trabalhista deve ser apresentado até o fim do mês na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Além da CAE, o texto passará por outras duas comissões: a de Constituição e Justiça e a de Assuntos Sociais.

A oposição quer a realização de audiências públicas antes da votação. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), confirmou a realização de três audiências neste mês. A primeira será na quarta-feira. Jucá disse que, após os debates, a reforma poderá ser votada.

— Nós temos um calendário combinado para as audiências públicas, no dia 10, no dia 11 e no dia 16. Portanto, discussões ocorrerão. A partir daí, nós vamos efetivamente apresentar os relatórios e votar — disse Jucá.

A reforma proposta pelo governo e já aprovada pela Câmara dos Deputados muda pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao estabelecer, por exemplo, a



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Ferraço, direitos do trabalhador estão mantidos no texto da Câmara

prevalência da negociação coletiva sobre a norma legal em algumas questões trabalhistas e o fim da obrigatoriedade do imposto sindical.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da proposta na CAE, disse que só apresentará o relatório após ouvir os contrários e os favoráveis às mudanças na CLT. Mas sinalizou que não deverá alterar o projeto que chegou da Câmara dos Deputados por entender que não há prejuízo aos trabalhadores.

— Minha primeira impressão é que o relatório do deputado Rogério Marinho traz em primeiro plano uma

coisa importante, a garantia e a manutenção das conquistas que determinam os direitos fundamentais do trabalhador.

O líder da Minoria, Humberto Costa (PT-PE), quer que a reforma seja amplamente discutida no Senado.

— Estamos discutindo uma legislação de décadas no Brasil e isso não pode ser feito de forma açodada. É uma legislação que vai influenciar diretamente no trabalho das pessoas e é preciso que haja um mínimo de discussão. Nós garantimos que a proposta vai tramitar em três comissões e cada uma delas tem seu tempo.

Debate: FGTS precisa ser mais bem remunerado

Convidados da audiência pública realizada ontem pela comissão mista que analisa a MP 763/2016 reivindicaram melhoria na remuneração das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Segundo eles, há anos os trabalhadores estão perdendo para a inflação e para outros investimentos, inclusive a poupança.

Editada no fim do ano passado, a MP permitiu o saque do dinheiro de contas inativas do FGTS, permitindo a movimentação de contas paralisadas até 31 de dezembro de 2015. A proposta do governo autoriza a distribuição de parte do lucro com os trabalhadores, medida que não foi suficiente, segundo o assessor técnico Alexandre Ferraz, da Central Única dos Trabalhadores (CUT):

— A distribuição dos lucros é uma forma inteligente de aumentar a remuneração. O problema é que não será o bastante para que a correção das contas seja ao menos igual à inflação — lamentou.

Saques

Representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, Maria Rita Serrano mostrou-se



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Deputado Zé Carlos (C) preside a comissão, que recebeu Miranda e Nunes

preocupada com a abertura de novas possibilidades de saques. Segundo ela, emendas apresentadas à MP desvirtuam o papel do FGTS:

— Se for para liberar o fundo para todo tipo de ação, teremos problema. Pode ser que individualmente a pessoa saia ganhando num primeiro momento, mas, no geral, o país e a população mais pobre vão sair perdendo — disse a debatedora.

Maria Rita apontou o que considera outra séria ameaça: a movimentação dos bancos privados para tirar a exclusividade da Caixa na gestão do sistema.

Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Felipe Miranda advertiu que o fundo é sensível às oscilações do mercado.

— A MP abre janelas para

que recursos saiam, mas é importante que entre dinheiro. Nossa defesa é essa: precisamos ter política pública voltada para o crescimento do emprego — afirmou.

Saúde financeira

O diretor-executivo de Fundos de Governo da Caixa, Valter Gonçalves Nunes, garantiu que o FGTS tem cerca de R\$ 505 bilhões de saldo. Por isso, segundo ele, não há motivo para preocupação.

A deputada Margarida Salomão (PT-MG), autora do pedido para a audiência, observou que a votação da MP deve ser guiada pelo equilíbrio, protegendo a sustentabilidade do fundo.

Ela informou que analisará com a assessoria técnica uma forma de inserir na MP alternativa para melhorar a remuneração das contas.

Sérgio Petecão defende fim do imposto sindical

Sérgio Petecão (PSD-AC) comemorou na quarta-feira a inclusão do fim do imposto sindical na reforma trabalhista. O senador leu artigo do jornalista Ruy Fabiano que ressalta que os sindicatos, assim como os partidos políticos, passaram a servir-se dos públicos a que têm acesso para atender interesses privados. O texto afirma que o fim do imposto foi o verdadeiro motivo da greve geral da sexta-feira passada.



Marcos Moraes/Agência Senado

— Criam-se sindicatos, assim como partidos, para se ter acesso ao dinheiro público que os sustenta. Não é difícil entender a proliferação de sindicatos.

Paulo Rocha acusa Temer de promover retrocessos sociais

Paulo Rocha (PT-PA) acusou ontem o governo de Michel Temer de desmontar o Estado social que teria sido construído nos governos Lula e Dilma e de promover o retrocesso em conquistas da sociedade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador disse que a postura do governo fortalece os setores conservadores do Judiciário e citou como exemplo a condenação da ex-ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Política para as Mulheres no governo Dilma, a pagar R\$ 10 mil de indenização por danos morais a Alexandre Frota. A ex-ministra acusou o ator de fazer apologia do estupro.

Serra: convocação de constituinte na Venezuela é golpe

José Serra (PSDB-SP) repudiou na quarta-feira a intenção do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, de convocar uma assembleia constituinte sem a participação dos deputados eleitos no último pleito nacional, em 2015. Para o senador, a medida é um “escárnio” contra a democracia na América do Sul.



Marcos Moraes/Agência Senado

— O golpe de Estado que Maduro pretende levar adiante removerá quaisquer resquícios de democracia na Venezuela. Ao destituir na prática o poder do voto popular e ignorar o desejo dos venezuelanos, o governo leva ao ápice a opressão a seus opositores e retira do povo a esperança.

Diplomatas defendem maior presença do Brasil na África

Indicações para as embaixadas de Zimbábue e Zâmbia foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores, depois de sabatina, e agora vão a Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações dos diplomatas Ana Maria Pinto Morales e Colbert Soares Pinto Junior para as embaixadas brasileiras no Zimbábue e na Zâmbia, respectivamente. As indicações seguiram para o Plenário.

Durante a sabatina, alguns senadores, como Lasier Martins (PSD-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), questionaram os diplomatas sobre algumas políticas adotadas pelo Brasil nos últimos anos em relação a países africanos, como acordos de cooperação, perdões de dívidas ou a validade da abertura e manutenção de embaixadas em algumas dessas nações.

Em resposta, os diplomatas defenderam uma posição ativa do Brasil na África, como proporcionadora de ganhos reais e simbólicos para a inserção brasileira no cenário interna-



Fotos: Pedro França/Agência Senado

Para Ana Maria e Colbert Soares, Brasil deve ter posição ativa no continente

cional. Ana Maria lembrou que o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, com frequência faz menções positivas ao Brasil em pronunciamentos públicos, devido à colaboração com o país na área da agricultura.

— Provavelmente somos a nação ocidental mais bem-vista no Zimbábue, já que eles historicamente têm tido uma relação conflituosa com os EUA e a Europa. O Programa Mais Alimentos Internacional, por exemplo, tem contribuído para uma melhoria estrutural na vida de pequenos produtores.

Os resultados do programa também foram citados por Armando Monteiro (PTB-PE), que citou benefícios para a indústria brasileira:

— Traz ganhos imensos para nossa projeção e imagem na África. É bom lembrar que ele [o programa] é todo vinculado à nossa indústria. Todos os implementos agrícolas e tratores são fornecidos por nós, são todos produzidos aqui.

A celebração de mais acordos de cooperação também deve ser o foco de Pinto Junior. Ele reforçou que os laços entre Brasil e Zâmbia se intensificaram a partir da reabertura da embaixada brasileira, em 2007, e a prioridade agora é a efetivação de acordos em bioenergia, como a produção de etanol e de biodiesel (a partir da soja) e a geração de eletricidade pela queima de biomassa.

Ao avaliarem a inserção no continente africano e a parceria de outras nações com países da África, os diplomatas citaram a forte presença chinesa no Zimbábue e na Zâmbia. As parcerias com a China se dão em investimentos em infraestrutura, no desenvolvimento da agricultura e até na migração, com dezenas de milhares de chineses hoje vivendo e fazendo negócios na África.

Comissão aprova acordos com Rússia, Áustria e Índia

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem acordos internacionais e a revisão de um protocolo de cooperação. Entre os acordos estão dois tratados assinados entre Brasil e Rússia.

O PDS 22/2017 trata de cooperação na área da defesa, assinado em 2012. Entre outros pontos, prevê o desenvolvimento de relações nos campos da medicina, história e cultura militares, além de topografia e hidrografia.

O PDS 25/2017 endossa o tratado entre Brasil e Rússia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal. O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), afirmou que a efetivação do tratado contribuirá para maior transparência tributária.

A CRE também aprovou

uma alteração no protocolo assinado entre Brasil e Índia (PDS 26/2017) para evitar elisão fiscal e dupla tributação.

Anastasia mencionou um informe do governo brasileiro segundo o qual a atualização do tratado é necessária a partir de compromissos assumidos pelo Brasil no Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários.

Também foi aprovado o acordo de cooperação na área da educação firmado entre Brasil e Áustria em 2013 (PDS 8/2017). O tratado prevê intercâmbio de professores, pesquisadores, leitores, estudantes e gestores educacionais, além de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as partes.



Pedro França/Agência Senado

Collor preside reunião em que acordos internacionais foram aprovados

Vai a Plenário adesão do país a convenção sobre direitos de criança

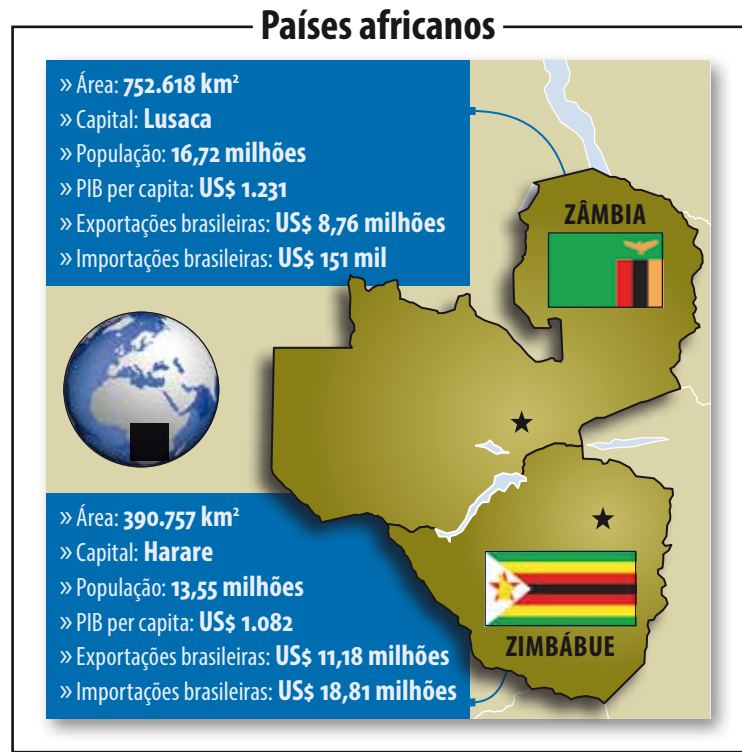
Foi aprovada ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE) a adesão do Brasil à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicações, assinado na ONU em 2011 (PDS 27/2017). O texto do acordo será agora analisado em Plenário.

O acordo cria um procedimento de comunicações individuais para que o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU (CDC) receba petições que tratem de violações à Convenção sobre os Direi-

tos da Criança, ao Protocolo Facultativo sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil e ao Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.

O acordo dá ao CDC o poder de investigar casos de violações graves e sistemáticas dos direitos das crianças, inclusive por meio de visitas, desde que haja o consentimento do país citado.

O relator na comissão foi o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Lasier quer mudar escolha de ministros do Supremo

A decisão de uma turma do Supremo Tribunal Federal de permitir que o ex-ministro José Dirceu possa esperar em liberdade o julgamento dos processos em que ele é réu demonstra, segundo Lasier Martins (PSD-RS), a necessidade de rever o processo de escolha de ministros do STF. Ele defendeu ontem a aprovação de uma proposta sua de emenda à Constituição (PEC 35/2015), pela qual a escolha seria feita pelo presidente da República a partir de lista tríplice elaborada por uma comissão de sete juristas de notório conhecimento.



Gerardo Magela/Agência Senado

Acir Gurgacz critica política econômica do governo

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou a política econômica e fiscal do governo federal que, em sua avaliação, se aliou ao mercado financeiro, favorecendo apenas especuladores do capital, rentistas e multinacionais.

— A política econômica, baseada em juros altos, a mesma desde [Joaquim] Levi [ex-ministro da Fazenda de Dilma Rousseff], agora seguida por [Henrique] Meirelles, só aprofundou a tendência de favorecer o mercado financeiro em detrimento do setor produtivo, da indústria, comércio e serviços — lamentou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Telmário lamenta ataque a índios e acusa governo

Ao protestar contra o ataque a índios em Viana (MA), que classificou de monstruoso, Telmário Mota (PTB-RR) acusou ontem o governo federal de “desidratar” a Fundação Nacional do Índio (Funai). Além do esvaziamento da autarquia, segundo o parlamentar, a responsabilidade pelo ataque pode ser atribuída “à lentidão da Justiça e às forças ocultas”, como se referiu ao poder econômico.

O resultado, acrescentou, foi “uma verdadeira barbaridade, uma chacina, com muita crueldade, em que decepavam órgãos dos povos indígenas”.



Gerardo Magela/Agência Senado

Wilder faz elogio a livro de ex-faxineira que virou juíza

Wilder Morais (PP-GO) elogiou anteontem o lançamento do livro *Dez Passos para Alcançar seus Sonhos — a história real da ex-faxineira que se tornou juíza de direito*, escrito pela juíza Adriana Maria Queiroz, de 38 anos.

O livro conta a história de Adriana, mulher negra que estudou em escolas públicas e trabalhou como faxineira para pagar a faculdade.

— Tudo que Adriana conseguiu foi por mérito, depois de se submeter a provas, testes, concursos, exames. E a tudo ela venceu e superou — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado